

Viagens filosóficas pela América portuguesa

CLÁUDIA BEATRIZ HEYNEMANN*

A conhecida narrativa e a vasta produção historiográfica sobre as viagens filosóficas empreendidas no império luso-brasileiro, com destaque para aquela conduzida por Alexandre Rodrigues Ferreira constituíram-se a partir de um conjunto de textos como o diário da viagem, os desenhos, as instruções dirigidas aos viajantes e a correspondência trocada entre as autoridades metropolitanas e das capitanias. São vestígios da viagem reunidos na tarefa de reconstituir a trajetória, motivações, impressões de viagem, políticas envolvidas. Como outra perspectiva propomos aqui pensar a correspondência entre os vice-reis e a Corte e outras, conservadas sobretudo no acervo do Arquivo Nacional, como uma literatura de viagem que acompanha o percurso, ela mesma uma escrita sobre a história natural e sobre a colônia, pelo que deixa entrever da expedição mas ainda por reconhecermos nessas cartas uma escrita formuladora também do conhecimento da história natural, dos vínculos e tradições científicas e filosóficas, da apreensão sobre o território e toda uma série de inscrições retiradas desse mundo percorrido e que compõem uma parte importante da viagem que sempre se refaz.

Anil, pássaros, andiroba e maracujá, plantas vivas, sementes, quadrúpedes, plantas secas em herbários. Produtos naturais ou da História Natural foram o objeto de naturalistas que por todo o Império ultramarino enviaram ao reino remessas preparadas para gabinetes e jardins. A coleta desses itens se deu por vezes em capitanias específicas, resultado de pequenas incursões nas vizinhanças; mas a viagem filosófica além dos resultados almejados era em si mesma um procedimento a se realizar, iniciativa acalentada no século das viagens científicas, do inventário da natureza. A viagem filosófica sobrevive e se dá em desenhos, catálogos, descrições, talvez em artefatos, vestígios das coleções então formadas. Entre os principais viajantes luso-brasileiros está Alexandre Rodrigues Ferreira cujo itinerário se espalha por publicações

* Arquivo Nacional. Doutora em História Social – IFCS/UFRJ

contemporâneas, pranchas originais, manuscritos, catálogos, inventários, em arquivos e coleções diversos.

No Arquivo Nacional a viagem do médico baiano pelas capitâneas de Mato Grosso e Rio Negro, as do franciscano José Mariano da Conceição Veloso pelo Rio de Janeiro, além de resultados de expedições empreendidas no interior da colônia, se faz pela correspondência travada entre as autoridades metropolitanas, um acompanhamento em paralelo às anotações e ao diário (obrigatórios para qualquer naturalista) e que ia reportando providências, descrevendo caixotes embarcados, recursos, pagamentos, identificando membros das missões. Tarefa enumerativa e extensiva que atendia às demandas administrativas, mas que também se realiza a exemplo dos pressupostos da História Natural do catálogo o mais abrangente que se pudesse realizar. A correspondência entre as autoridades metropolitanas e coloniais pode ser vista como um gênero, tanto quanto as memórias científicas e as instruções aos viajantes. Michèle Duchet refere-se a uma “última categoria de fontes, até aqui não inventariada, e constituída pelas memórias da administração conservadas nos fundos das colônias”, produzidas pelos “administradores-filósofos”, expressão utilizada por Raynal¹.

Como evento fundador da época moderna no setecentos², as viagens ao Novo Mundo partem de outras premissas, produzindo conhecimento em escalas diferentes, o que em si mesmo viria a descrever a trajetória da viagem. Dos membros da expedição aos cientistas em seus gabinetes, coincidam ou não as personagens, seus registros são herbários, animais empalhados, desenhos, memórias, correspondência, diários. Importa pensar assim, diante dos documentos que tratam da movimentação dos naturalistas luso-brasileiros, o sentido da informação que se constitui com a viagem. A distância a ser superada pelo deslocamento é também ultrapassada pela transformação da matéria em

¹ Cf. DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995, p.125.

² Nos referimos aqui à viagem moderna, que se inicia no século XVII (Charles Plumier, por exemplo, percorre as Antilhas francesas em 1689 com apoio de Luís XIV. No início do XVIII, 1701-1702, Tournefort é enviado ao Levante) e que ocupa um lugar central nas reflexões dos *philosophes* no setecentos. Não se trata propriamente de descobrir novos continentes, mas de explorar o seu interior, tentar “representar o espaço humano” a partir das coordenadas geográficas. Os costumes, os tipos humanos, as coleções, os desenhos, os vegetais novos a serem aclimatados, a observação suplantando a compilação, constituem os principais eixos dessas viagens que tem um objetivo estritamente científico. O papel dos naturalistas, que acompanharam essas expedições foi talvez menos conhecido, diz Michèle Duchet, mas por toda parte se encontram os traços da sua influência: “sabe-se o papel essencial exercido pelos discípulos de Lineu na história das grandes explorações”. Cf. DUCHET, Michèle. Op.cit, p.114.

forma, essa a primeira operação muito concreta que “leva do mundo à inscrição”, como propõe Bruno Latour para pensar bibliotecas, laboratórios, coleções. A partir das tarefas dos naturalistas-viajantes,

Os papagaios permanecerão na ilha com seu canto; levar-se-á o desenho de sua plumagem, acompanhado de um relato, de um espécime empalhado e de um casal vivo, que se tentará domesticar par ao viveiro real. A biblioteca, o gabinete, a coleção, o jardim botânico e o viveiro se enriquecerão com isso sem, no entanto, se entulhar com todos os traços que não teriam pertinência (...). Em função do progresso das ciências, da frequência das viagens, da fidelidade dos desenhistas, da amplitude das taxinomias, do tamanho das coleções, da riqueza dos colecionadores, da potência dos instrumentos poder-se-á retirar mais ou menos matéria e carregar com mais ou menos informações veículos de maior ou menor confiabilidade³.

O que se extrai então são animais vivos e sua classificação; desenhos, amostras, coleções, a incorporação à paisagem dos jardins, a integração de espécimes a novos espaços e climas, o próprio ritmo e extensão das viagens que tornam apreensível na escala de conhecimento dos catálogos esse mundo distante do centro. E o que se escreve em livros e nos arquivos das secretarias, ministérios, governos das capitânicas, funcionários que vão se transformando em agentes desse empreendimento. Os arquivos e livros da viagem multiplicam-se, portanto, dos itens transportados às relações que os acompanham e às cartas que informam todos esses procedimentos e que hoje formam parte importante dessa viagem. Um dos mais extraordinários códices a serem mencionados é o que traz a correspondência original dos governadores do Pará com a Corte em 24 volumes e que traça o itinerário da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira por meio das remessas, listas, providências e ordens, entre o ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro e Martinho de Souza e Albuquerque, governador do Pará, na qual é confirmado o envio de caixotes de anil para Lisboa, a chegada do desenhador José Joaquim Freire para compor a expedição do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, solicitando, ainda, canoas, índios e mantimentos para a dita expedição⁴. Segue-se no mesmo volume, a *Relação das plantas vivas e animais, remetidos do Pará para o Real Gabinete de História Natural da Ajuda*,

³ Bruno Latour. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In Jacob, Christian, Baratin, Marc (dir). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000, p. 23-24.

⁴ Arquivo Nacional. Códice 99, volume 9, fls 25, 25v e 26. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. *Negócios de Portugal*. Belém, Pará, 18 de março de 1788.

pelo capitão Luiz Pereira da Cunha na charrua Águia. A relação é acompanhada de informações como o uso que se faz das plantas pelos habitantes da região⁵.

Cartas que dão notícia das providências tomadas para a viagem de Alexandre Rodrigues, e que falam também de componentes importantes da viagem ilustrada. A presença de riscadores, a confecção de listas e a atribuição de características como o uso que se fazia das plantas selecionadas e enviadas vivas para o Gabinete d’Ajuda são marcas importantes no campo da história natural em sua interseção com o processo das viagens no setecentos. Porque se viaja no setecentos, e, sobretudo como se viaja, que sentido tem esses grandes deslocamentos físicos e das ideias é uma pergunta que começa a ser respondida pela existência de alguns gêneros característicos: um deles é formado pelas *instruções aos viajantes*. Esses documentos muitas vezes publicados tinham como objetivo orientar os procedimentos a serem adotados pelos naturalistas. Tratava-se de saber ver e reconhecer naquela paisagem os indivíduos ou espécimes a serem coletados, descritos, classificados, entre outras etapas. Cada tarefa tinha sua importância, considerando-se inclusive que no caso do desaparecimento do viajante a sua empresa não perdesse o sentido e pudesse ser continuada.

As viagens marcam o setecentos mas já em seu tempo elas são objeto de crítica justamente naquilo que em princípio seria sua novidade e mérito. É do conde de Buffon, intendente do *Jardin du roi* e naturalista reconhecido a constatação de que : “o ardor de descobrir novas terras abrandou”, uma referência ao utilitarismo de curto alcance e da orientação para rotas conhecidas. E, acrescenta Marie-Noëlle Bourguet⁶, mesmo os relatos desses viajantes vinham eivados de ignorância e preconceito o que os desacreditava. Também um dissidente como Rousseau ironiza essas viagens sugerindo como seria uma que levasse Montesquieu, Diderot, Duclos, D’Alembert entre outros, com seu programa preconcebido. Aqui o que transparece para a autora é a questão epistemológica de como, a partir do testemunho de viajantes, fundar uma ciência exata do mundo e de seus habitantes. E é desse problema que nasce a especificidade da viagem das Luzes, o projeto que reúne os usos e finalidades tradicionais utilitários à produção de um conhecimento que é então uma atribuição do viajante.

⁵ Ibidem, fls 33, 33v e 34. 22 de março de 1788.

⁶ BOURGUET, Marie-Noëlle. Voyage et voyageurs. In Delon, Michel. *Dictionnaire européen des Lumières*. Paris: PUF, 1997, p. 1093.

Os diversos modos de extrair da viagem os seus indícios ou informações se davam em desenhos, herbários de plantas secas, animais conservados em álcool, sementes em verniz, areia, caixinhas e vidros. A técnica de taxidermia seria adotada após a expedição, mas também animais e plantas vivas deveriam seguir por mar. Aves e mamíferos, alguns de grande porte formaram o tesouro das viagens, toda uma metodologia para a longa permanência em gaiolas como as duas cobras, uma delas viva, mandadas da vila de Barcelos pelo naturalista conforme a correspondência do governador do Pará, Martinho de Souza e Albuquerque, ao ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, de janeiro de 1787⁷.

A correspondência que cerca as viagens filosóficas, expedições pelo território para coleta e as missões de demarcação é parte da empresa como um todo, de uma escrita, um dos capítulos da literatura e da cartografia desse movimento que se faz em tantas direções: para o gabinete, a lista, o diário, herbário, jardim, livros, arquivos. Assim, em Barcelos de onde se remetem as inúmeras encomendas e observações, o naturalista trava contato com obras que ainda desconhecia, entre aquelas que formam sua biblioteca de viagem, confronto entre indício e experiência, entre a viagem de que se ouve falar e aquela em que se vê. É somente na vila de Barcelos que ele tem contato com o livro de Charles La Condamine e o diário do padre Samuel Fritz, citado pelo naturalista francês, como destaca Ronald Raminelli:

Além dos indispensáveis instrumentos de trabalho, Ferreira contava com uma biblioteca para se lançar sobre os sertões do Brasil. Trouxe consigo obras sobre plantas e animais escritas por Jean Baptiste Aublet, Margrave e Piso, Carl Lineu, Valerio, Antoine Baumé e Giovanni Antonio Scopoli, estudos nem sempre adequados à realidade amazônica⁸.

O diário do naturalista, um relatório detalhado que conhecemos como *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* foi redigido para envio à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos por intermédio do governador da província do Rio Negro, João Pereira Caldas⁹. O movimento de envio de produtos e cartas por navio é sensível na correspondência que

⁷ Arquivo Nacional. Códice 99, volume 8, , fls. 40-40v. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Negócios de Portugal. Belém, Pará, 31 de janeiro de 1787.

⁸ Ronald Raminelli. Ciência e colonização - Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo*. Niterói, RJ, v.3, n.6, dez., 1998. Disponível em www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg6-10.pdf. Consultado em 20 de outubro de 2010, p. 160.

⁹ Idem.

acompanha a viagem do naturalista e que é assim essa narrativa que pontua seu percurso. Assim em janeiro de 1787 o governador do Pará, Martinho de Souza e Albuquerque escreve a Martinho de Mello e Castro, comunicando o envio de cartas da capitania do Rio Negro encaminhadas pelo capitão João Pereira Caldas através do navio Maranhão, assim como caixotes de anil, produtos naturais e mais cartas enviadas pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira através da charrua Águia e Coração de Jesus. No dia 31 do mesmo mês outra correspondência do governador do Pará avisa sobre a remessa de anil do Rio Negro além de dois sacos com cartas enviadas por Caldas ao ministro Mello e Castro.¹⁰

A viagem que se constitui pelas cartas é indicativa dos materiais e métodos empregados na conservação e acondicionamento dos espécimes enviados à Metrópole, à variedade de produtos requeridos para museus e gabinetes de história natural e jardins. A relação de produtos naturais remetidos do Pará para o Real Gabinete de História Natural da Ajuda pelo capitão Luis Pereira da Cunha, incluiu raízes, conchas, animais conservados em aguardente e enfeites de penas usados pelos gentios como ornamentação para guerra¹¹. Estamos diante assim de um processo identificado por Ângela Domingues, cuja conclusão é que,

Conseqüentemente, não foram só os naturalistas ou os engenheiros cartógrafos e os matemáticos a fazer essas remessas. O material que, na segunda metade do Setecentos, veio enriquecer as coleções do Real Gabinete e Jardim Botânico da Ajuda, do museu particular da rainha ou da Academia das Ciências não foi apenas o recolhido durante as viagens científicas ao reino ou às colônias ou, ainda, as aquarelas da Amazônia dos desenhistas Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, que acompanharam Rodrigues Ferreira na sua viagem, ou os herbários do jardineiro-botânico Agostinho Joaquim do Cabo, igualmente participante na mesma expedição. Foram, também, as remessas enviadas pelo vice-rei do Brasil, d. Luís de Vasconcelos e Sousa, e pelos governadores e capitães-generais de Minas Gerais, Cuiabá, Piauí, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Pará, Rio Negro ou, ainda, por Francisco da Cunha de Meneses, governador da Índia, e d. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, durante o período em que administrou Angola, e por tantos outros que se interessaram pelas produções naturais e curiosidades científicas nos diferentes pontos do Império¹²

¹⁰ Arquivo Nacional. Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. Belém, 20 de janeiro de 1787. Negócios de Portugal; códice 99, vol. 08, 31 de janeiro de 1787, fls. 43-43 v.

¹¹ Correspondência original dos governadores do Pará com a Corte. *Negócios de Portugal*. Códice 99, vol. 10. Belém, 5 de agosto de 1789, fls. 164-164v

¹² DOMINGUES, A. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. Rio de Janeiro, *História, Ciências, Saúde* Vol. VIII (suplemento), 2001, p. 826.

A correspondência apresenta além dos rumos da viagem e da sua realização em diversas instâncias, personagens e formações reveladoras das gerações de ilustrados que passam por Coimbra ou Montpellier, frequentam as academias científicas, alimentam a produção memorialística e ocupam altos postos na burocracia colonial ou são por ela distinguidos como o foi o frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). O franciscano, professor de retórica e naturalista, empreendeu a exploração dos matos da capitania do Rio de Janeiro, formou coleções de história natural, além de ser autor da *Flora Fluminensis*, diretor da Tipografia do Arco do Cego em Lisboa. Tal como Rodrigues Ferreira, o religioso foi um dos “alunos de Vandelli”, referência ao químico e naturalista de Pádua que em Portugal dirigiu o museu e gabinete da Ajuda. Habilidoso, acompanhado de riscadores, Veloso destacou-se durante o governo do vice-rei Luís de Vasconcellos e obteve o reconhecimento do ministro ilustrado d. Rodrigo de Souza Coutinho, da Marinha e Domínios Ultramarinos.

É copioso o volume de correspondência acerca das atividades de Veloso no acervo do Arquivo Nacional. Um diário de sua movimentação pela capitania do Rio de Janeiro é uma narrativa da prática colecionista da história natural e ainda do modo como se interveio na paisagem colonial quer seja pelos desenhos que a representaram ou pela caça a mamíferos, pássaros, répteis, entre outros. Em portaria de fevereiro de 1788 o desembargador provedor da Real Fazenda é encarregado de entregar a um tenente do regimento de artilharia um barril de pólvora fina e 128 latas de chumbo para se repartir entre os diferentes homens encarregados de matar pássaros para a História Natural¹³. O permanente interesse pelos pássaros, entre os “antigos” que os chamavam voláteis e na época moderna, foi atestado em coleções, viveiros e nos tratados de ornitologia como os de Buffon e do próprio frei Veloso¹⁴ sendo ainda objeto de adorno conforme a sua raridade, canto, cor e atributos cada vez mais especiais conforme avançam as remessas das colônias à metrópole.

¹³ Vice-reinado. Portarias. *Secretaria de Estado do Brasil*. Códice 73, vol. 17. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1788, fl. 159.

¹⁴ VELOSO, José Mariano da Conceição, frei. *Aviário brasílico* ou Galeria Ornitológica das aves indígenas do Brasil, disposto e descrito segundo o sistema de Carlos Lineu, copiado do natural, e dos melhores autores, precedido de diversas dissertações análogas ao seu melhor conhecimento, acompanhado de outras estranhas ao mesmo continente.... Lisboa: Na Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1800.

Entre os “livros da natureza” presentes na correspondência com as autoridades e nas instruções para os viajantes os herbários também figuram, tidos como coleções de plantas secas ou enumeração de espécies botânicas. Ainda no século XVI, o mais renomado herbário é de Pietro Mattioli, datado de 1544, intitulado *Os comentários de Dioscoride*¹⁵. O médico militar do 1º século a.C. foi, até o Renascimento, segundo Vercelloni, “considerado como a autoridade absoluta em botânica”. No setecentos, um dos exemplos mais célebres é o do herbário de Jean-Jacques Rousseau, que seria proveniente da obra acumulada pelo naturalista Aublet com plantas recolhidas da Guiana francesa, sendo certo que, no fim da vida, Rousseau anexou suas herborizações de gramínias francesas¹⁶.

O destino dos herbários era, habitualmente, o gabinete de história natural, acompanhados de anotações e, muitas vezes, da denominação científica, qualquer que fosse o sistema adotado. Em uma das inúmeras recomendações para o transporte de plantas e sementes, ensina-se que as plantas colhidas, (que deveriam incluir a flor e o fruto), deveriam ter suas folhas estendidas em “livros de papel pardo”, sempre renovados, para que não as plantas não se corrompessem com a umidade ou com seu próprio sumo¹⁷. O método era de grande importância nas viagens, como indicam as instruções para Alexandre Rodrigues Ferreira:

Todas as noites deverão aperfeiçoar os diários, e examinar o que se recolheu e o que é de fácil redução, e principalmente as frutificações das quais as desconhecidas ou duvidosas, se farão riscar, e a anatomia delas se conservará em herbário, o qual se fará todas as noites, das plantas recolhidas naquele dia pondo-lhes o número correspondente do diário, e se mudarão as plantas dos herbários até estarem bem secas¹⁸

Inscrições ou caligramas botânicos como sonhou Lineu, a leitura da natureza mesma, dando a ver a estrutura, o gênero, o texto da classificação e da nomenclatura – a ordem da natureza decifrada como proclamou o naturalista sueco. As viagens são parte

¹⁵ VERCELLONI, Virgilio. *Atlas historique des jardins européens*. Paris: Hatier, 1991, p.50.

¹⁶ HEURTEL, Pascale, SERRE, F. Les grands livres de la Nature. In: SCHAEER, R. (Dir.). *Tous les savoirs du monde*, encyclopédies et bibliothèques, de Sumer au XXI^e siècle. Paris: Bibliothèque nationale de France/Flammarion, 1996, p.229-230.

¹⁷ Instituto de Estudos Brasileiros/USP. *Direção para facilitar o transporte de todas as coisas que produz a natureza de um país para outro sem se corromper nem danificar*. Coleção Lamego. Códice 69, doc. 3.A8, s.d.

¹⁸ Instituto de Estudos Brasileiros/USP. *Instruções passadas ao naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira sobre o roteiro de viagem entre o Pará e o Mato Grosso*. Coleção Lamego. Códice 101, A8, s.d.

fundamental desse domínio e a organização desse saber corresponde ao desejo de compor uma grande fauna e flora do reino e de seus domínios conforme expressou o conde de Linhares ao recomendar o que seria o apogeu da história natural luso-brasileira, a ambição que acompanhou a botânica em todos aqueles séculos, a escrita do livro da natureza, enfim, a publicação de uma “flora geral e completa do Brasil e de todos os vastos domínios de Sua Alteza Real”¹⁹. D. Rodrigo é um dos mais autênticos administradores filósofos e assina parte importante dessa correspondência que passa pelas colônias, percorre o Império, traduz acertos e desenganos e que constitui, ela mesma, uma escrita da história da colônia e uma história do conhecimento da natureza.

As viagens filosóficas e expedições empreendidas pela América portuguesa se confundem nesses códices com os inventários dos gabinetes de história natural como de Ferreira na Ajuda²⁰, com as coleções de “produtos da História Natural”, os jardins botânicos projetados, a cura de doenças e, muito mais, sedimentam-se nesses papéis séculos da cultura científica moderna, entre os séculos XVI e XVIII. Ler o livro da natureza significa compreender o processo pelo qual o homem se transforma simultaneamente, em sujeito e objeto do conhecimento, atitude auto-reflexiva, que relaciona as ciências humanas com as chamadas ciências empíricas²¹

Mas ler o livro da natureza será também percorrer essa escrita que organiza e produz o conhecimento, um sistema localizado no liceu de Aristóteles, nos dicionários, enciclopédias, nos tratados científicos, herbários e como propomos, em manuscritos que comunicam em rede as etapas, rumos, descrições das viagens então promovidas. Pensá-las como gênero, em sua dimensão narrativa, dotá-las de autonomia em relação ao seu estatuto de fonte ou documento, pode provê-las de um caráter essencialmente histórico, como parte do processo da viagem que na segunda metade do XVIII combina o interesse científico aos da política estatal²².

¹⁹ Arquivo Nacional. *Junta da Fazenda da Província de São Paulo*. Códice 446, vol.5, fl. 169. 1801.

²⁰ Conservado na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

²¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.195.

²² GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrihando o Brasil para construir a nação. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, Oct. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 June 2011. doi: 10.1590/S0104-59702000000300008.